

BOLETIM DE

ANÁLISE DA CONJUNTURA

ANO 03 - Nº 31 - NOVEMBRO 2018



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

GOLPE CONTRA O ESTADO

INTERNACIONAL

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA

SOCIAL

ECONOMIA

TERRITORIAL

COMUNICAÇÃO

MOVIMENTOS SOCIAIS

APRESENTAÇÃO

O *Boletim de Análise da Conjuntura* da Fundação Perseu Abramo abordou temas da atualidade em oito seções na edição de novembro. Em **Golpe contra o Estado** se mostra que o atual governo de transição dá sequência ao desmonte, iniciado no governo Temer, dos arranjos econômico-institucionais que viabilizaram a modernização econômica do país por meio da participação central das empresas estatais como articuladoras do investimento público e privado, nacional e internacional.

Na parte **Internacional** se apresentam as perspectivas da política externa do presidente eleito a partir do que ele e membros de sua equipe têm dito nesse sentido. Também se discute a nomeação de Ernesto Araújo para o Ministério das Relações Exteriores.

Em **Política e Opinião Pública** analisa-se a nova composição do Congresso, que, embora tenha apresentado grande renovação, é o mais conservador de todos os tempos, com destaque para as principais bancadas formadas após as eleições. Também é apresentada a nova formação ministerial do futuro governo Bolsonaro anunciada até o momento.

Em relação ao tema **Social**, mostram-se as possíveis perspectivas a partir do crescimento do neoliberalismo e do conservadorismo, que se unem para aprofundar a política econômica do golpe e cortar ainda mais as políticas sociais. No mercado de trabalho, os dados continuam indicando uma incapacidade de gerar empregos (ainda mais empregos de qualidade) de forma a absorver a quantidade de pessoas disponíveis. E, no mês da Consciência Negra, os dados sobre desigualdade de cor/raça no mercado de trabalho comprovam que ainda há muito o que avançar no Brasil.

Em **Economia** se evidencia que, passada a marola econômica do período eleitoral, a entrada no último trimestre de 2018 indica que o ano terminará com a atividade econômica ainda muito fraca, contrastando com o clima de relativo otimismo que era verificado no mesmo período do ano passado. De acordo com os mais recentes números setoriais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – ainda relativos ao terceiro trimestre – a economia oscilou negativamente em praticamente todos os setores de atividade, com exceção do automobilístico. Portanto, a se confirmarem os rumos indicados pelas pesquisas, a passagem para o novo governo ocorrerá ainda em um contexto de forte debilidade da economia brasileira e, infelizmente, pelo menos até o presente momento, não há nenhuma sinalização de melhora no horizonte.

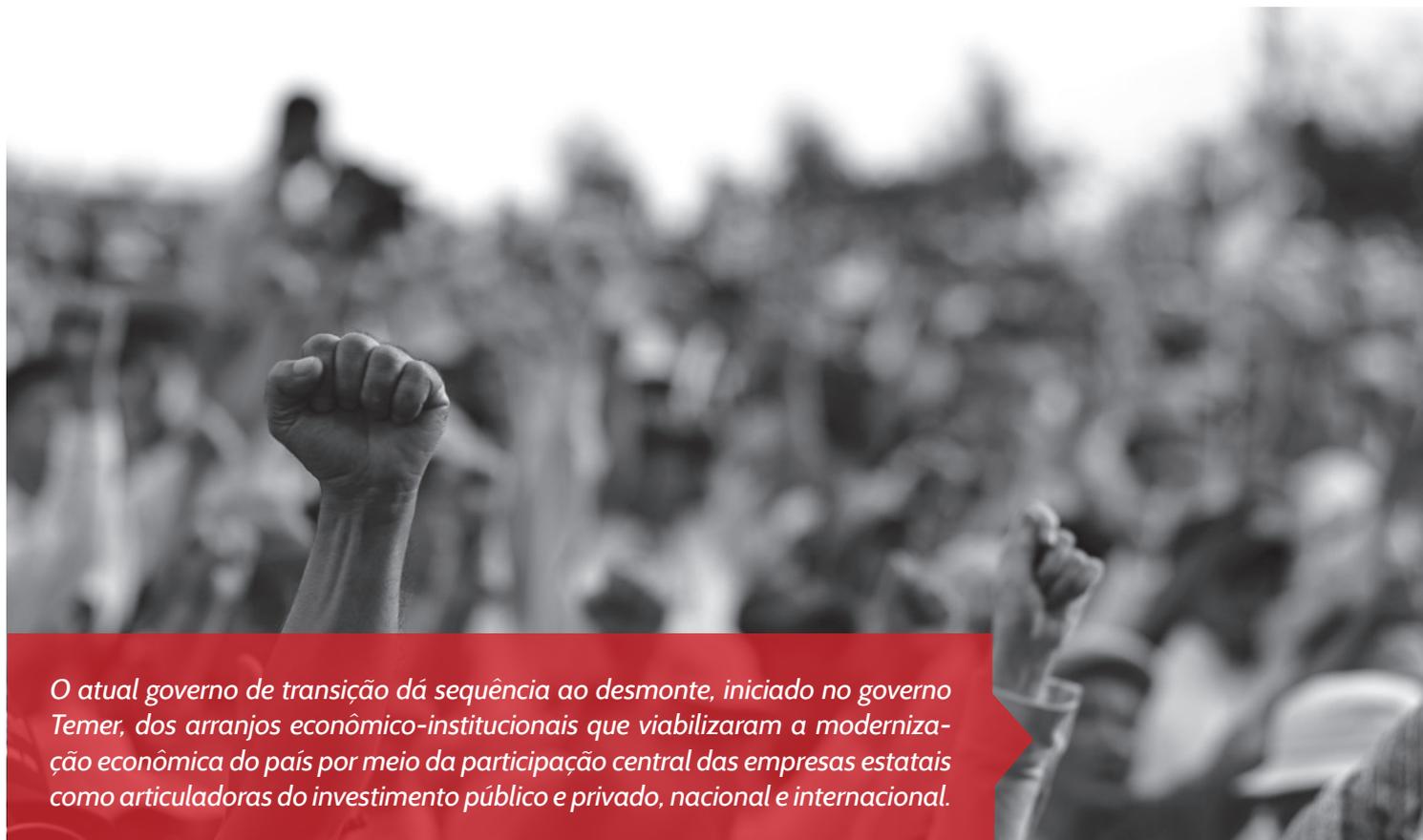
A seção **Territorial** traz uma pesquisa que compara a performance eleitoral dos candidatos Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PSL) no segundo turno das eleições presidenciais. Os dados derivados do estudo mostraram melhor desempenho de Haddad na região Nordeste e em cidades brasileiras de menor porte. O estudo também associa o comportamento eleitoral dos candidatos a variáveis socioeconômicas predominantes nos municípios.

A seção de **Comunicação** analisa a presença do Brasil na imprensa estrangeira nos primeiros dias após a eleição de Jair Bolsonaro, o comportamento da mídia tradicional brasileira após o anúncio de alguns integrantes do futuro governo e os principais assuntos que repercutiram no facebook e no twitter no período.

Na parte de **Movimentos Sociais**, mostra-se que ainda que o governo eleito não tenha sido formalmente empossado, já foram dados recados importantes dos movimentos sociais, que indicam que a vida não será fácil para aqueles que querem aproveitar a vitória eleitoral para impor autoritarismo e retrocessos ao Brasil. Há imensos desafios às forças populares e sociais a serem equacionados.



GOLPE CONTRA O ESTADO



O atual governo de transição dá sequência ao desmonte, iniciado no governo Temer, dos arranjos econômico-institucionais que viabilizaram a modernização econômica do país por meio da participação central das empresas estatais como articuladoras do investimento público e privado, nacional e internacional.

A agenda do governo Bolsonaro para as privatizações em 2019

As justificativas mobilizadas para realizar as privatizações são tão arcaicas quanto contestáveis: ganhos de eficiência na gestão, enfrentamento da influência da política e da corrupção no controle das empresas estatais, realização de um ajuste fiscal austero de curto prazo, tudo isso temperado por um viés ideológico de apetite ainda mais voraz do que aquele observado no ciclo privatizante da década de 1990.

Prova disso é que a equipe de Paulo Guedes estabeleceu como uma de suas prioridades a aceleração do desmonte do Estado, isso se explicita nos documentos do governo de transição, onde as privatizações aparecem como um dos eixos estratégicos, e na montagem de uma secretaria especial de privatizações, que deve atuar como um dos seis “vice-ministérios da economia”, ocupado por um empresário do setor de locação de veículos e integrante do Instituto Millenium, conhecido por suas posições radicais acerca do papel do Estado e das empresas estatais.

A desestruturação das empresas estatais deve ser feita em dez frentes de ação:

- Abertura de capitais;
- Busca de parcerias;
- Desinvestimentos;
- Privatizações;
- Incorporações;
- Fusões;
- Cisões;
- Liquidações;
- Concessões;
- Planos de demissão voluntária (PDVs).

Além disso, o governo de transição estabeleceu como prioridades nessa área:

- A coordenação da implementação do Decreto nº 9.188/2017, que trata do regime especial de de-

investimento de sociedades de economia mista, tendo como horizonte a desconstrução da ideia de empresa pública integrada e a construção, no seu lugar, da ideia de empresas concentradas estritamente em seu *core business*.

- A análise da viabilidade de privatização das distribuidoras de energia da Eletrobras, utilizando como justificativa central a necessidade de aumentar a distribuição de dividendos para os acionistas privados e a minimização dos aportes da União nesse setor.

- A coordenação da implementação do Decreto nº 9.355/2018, que estabelece regras de governança, transparência e boas práticas de mercado para a cessão de direitos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos pela Petrobras, com o argumento de que as grandes empresas estatais estariam excessivamente expostas à corrupção provocada por agentes políticos.

- A redução da alavancagem financeira e dos planos de investimentos tanto da Eletrobras quanto da Petrobras, não por acaso as duas maiores empresas produtivas estatais do país.

- A apresentação de subsídios para fundamentar a defesa da União no âmbito da ADIN nº 5.624/DF, que restringiu as hipóteses de as empresas estatais promoverem venda de ativos de forma mais acelerada.

- O fortalecimento da Comissão Interministerial de Governança e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), instituída pelo Decreto nº 6.021/2007 e que tem por finalidade tratar de matérias relacionadas com a governança corporativa nas empresas estatais federais e da administração de participações societárias da União, sob o comando de Paulo Guedes e Onyx Lorenzoni.

- A aceleração do processo de liquidação da Companhia Docas do Maranhão (Codomar) e da Alcantara Cyclone Space (ACS).

- A criação do Grupo de Trabalho dos Correios, para análise das possibilidades de realização de plano de demissão voluntária, redefinição dos valores das tarifas e dos critérios de atendimento, remodelagem e enxugamento da rede de agências e realização de parceria com a Azul Linhas Aéreas.

- A implementação do processo de reorganização da Infraero, incluindo a venda de participações em aeroportos.

- A implementação, regulamentação e padronização de alguns aspectos do processo de liquidação de empresas estatais federais incluídas a fim de tornar mais céleres as privatizações e desestatizações.

Como já se apontou, os objetivos de tais medidas são todos eles estritamente econômico-financeiros, quais sejam: evitar que empresas estatais se tornem dependentes do Tesouro Nacional; reduzir a dependência de subvenções nas empresas estatais dependentes do Tesouro Nacional; melhorar o desempenho operacional das empresas estatais federais, possibilitando a distribuição de dividendos para acionistas; melhorar a gestão das empresas para que sejam capazes de financiar seus investimentos com recursos próprios, sem necessidade de aportes da União.

As metas e objetivos elencados, como se pode observar, são bastante ousados e conformam, em última instância, mais do que uma reforma da administração pública indireta, uma espécie de refundação do Estado brasileiro em bases ultraliberais.

O que resta saber é se o novo Ministério da Economia terá condições políticas e técnicas de levar adiante tamanhas transformações, pois alterações dessa monta impactam o próprio padrão de desenvolvimento econômico do país, o que certamente explicitará interesses políticos e econômicos muitas vezes contraditórios, além de exigir um nível de destreza e perícia técnica na operação da máquina pública que não coaduna com as declarações virulentas e bravatas ideológicas proferidas pelo presidente eleito e pelo seu ministro da economia. Não resta dúvidas, entretanto, de que não se medirão esforços para que essa revanche neoliberal desmonte as bases estatais construídas em 1930, aperfeiçoadas em 1988 e dinamizadas a partir de 2003. Estamos, portanto, diante da possibilidade de uma reversão estrutural e histórica cujos efeitos deletérios provavelmente poderão ser sentidos já no próximo ano.

INTERNACIONAL



Esta seção apresenta as perspectivas da política externa do presidente eleito a partir do que ele e membros de sua equipe têm dito nesse sentido. Também discute a nomeação de Ernesto Araújo para o Ministério das Relações Exteriores.

O que poderá acontecer na política externa brasileira

A avaliação do que poderá acontecer na política externa brasileira depois de 1º de janeiro de 2019 se fundamenta nas declarações de Bolsonaro e membros de sua equipe, mas também leva em conta que o presidente eleito tem voltado atrás em várias afirmações e decisões em outras áreas e isso pode se repetir nas relações internacionais. Além disso, a concretude de muitas propostas para a política externa também dependerá da correlação de forças entre os diferentes grupos de interesse que sustentam o novo governo. Por exemplo, a proposta de mudar a embaixada brasileira em Israel de Tel Aviv para Jerusalém agrada sobremaneira aos grupos evangélicos devido às suas interpretações da Bíblia e do papel desta cidade nas suas convicções religiosas, bem como àqueles que buscam alinhamentos com o presidente Donald Trump, dos Estados Unidos, país que já adotou esta medida.

Por outro lado, a iniciativa levaria a retaliações comerciais dos países árabes contra as exportações brasileiras, principalmente carne de frango, prejudicando o setor do agronegócio conforme já demonstrou o governo egípcio ao recentemente cancelar a visita de uma delegação de empresários acompanhados pelo atual chanceler, Aloysio Nunes, devido às declarações de Bolsonaro. Ao mesmo tempo, o novo vice-presidente, general Hamilton Mourão, também manifestou preocupações, em recente entrevista, quanto à possibilidade de o Brasil ser incluído no circuito terrorista internacional se houver esta mudança e ocorrerem eventuais retaliações do extremismo islâmico.

Aliás, as manifestações mais ponderadas sobre a política externa do novo governo têm partido dos generais Hamilton Mourão e Heleno Pereira, o futuro ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, particularmente quanto à importância

de preservar a relação com a China e o não envolvimento na guerra comercial dos Estados Unidos contra este país, ora em andamento. Quanto a esse tema, um editorial recente do jornal *China Daily*, que é considerado uma espécie de porta-voz privado do governo chinês, publicou um alerta dizendo que se Bolsonaro seguir a linha de Trump e cortar ou diminuir as trocas comerciais com os chineses o Brasil poderá pagar caro. Não é do feitio dos asiáticos se expressarem assim tão abertamente, o que demonstra a seriedade da discussão.

Se houver rompimento brasileiro desta relação, será meramente por razões ideológicas e um “tiro no pé”, pois se trata de nosso maior parceiro comercial. Um dos setores que mais apoiam o futuro presidente é o agronegócio, o que mais lucra com as trocas feitas com a China, assim como as empresas de mineração. Apesar de a pauta de exportações ser basicamente composto por commodities, esta representa a maior parcela do total de exportações e é importante para que a balança comercial nos seja favorável.

Apesar de os generais não manifestarem preconceitos ideológicos contra a China, pelo menos abertamente, pelo fato de ser um Estado socialista (com características chinesas), o mesmo não vale para outros países. Eles se declaram adeptos da política de não ingerência e rejeitam a ideia de intervenção armada para derrubar o legítimo governo venezuelano, presidido por Nicolás Maduro que, no entanto, consideram uma ditadura esquerdista, como pretende o governo estadunidense com apoio de seus congêneres da Colômbia e do Peru. Os generais mencionados não se mostram simpáticos aos governos de esquerda na América Latina e recorrem à ladainha da “defesa da democracia” e resquícios da “guerra fria” que podem embasar medidas hostis do novo governo a países como Venezuela e Cuba.

Braço direito de Bolsonaro, o economista e futuro ministro Paulo Guedes também deu sua contribuição para uma possível política externa “bolsonarista” ao dizer que o Mercosul não seria prioridade e que, por causa do bloco, o Brasil ficou prisioneiro de relações ideológicas. O Mercosul foi criado nos anos 1990 no bojo da hegemonia do neoliberalismo na região e seu propósito era criar um arcabouço jurídico para que o comércio entre os países

aumentasse, particularmente Argentina e Brasil. Atualmente, é para este bloco e outros países latino-americanos e caribenhos que o Brasil exporta o maior volume de produtos com valor agregado, ou seja, enquanto para outras localidades, como a China, Europa e Estados Unidos exportamos principalmente bens primários, para o Mercosul vendemos bens intermediários e industrializados. Logo após essas declarações, a indústria, por meio da Confederação Nacional da Indústria (CNI), as criticou, defendendo o fortalecimento do Mercosul.

Obviamente, mesmo se preservado o Tratado do Mercosul haverá todo o esforço para reduzi-lo a um mero acordo de livre comércio e eliminar toda a complementação conquistada ao longo dos anos visando a um projeto de integração também político e social.

Outras áreas internacionais onde somente se esperam retrocessos são meio ambiente, direitos humanos e trabalho, devido à forte presença dos setores ruralistas mais reacionários do país como a “Bancada do Boi”, da Câmara de Deputados, e da UDR no futuro ministério. A visão do Acordo Climático de Paris como uma conspiração “globalista marxista”, a proposta de criminalização do movimento social e a declaração de Bolsonaro de que os trabalhadores terão que optar entre “emprego ou direitos” permitem prever que:

- o combate ao desmatamento que é uma das maiores contribuições que o Brasil pode dar para reduzir o aquecimento global deixará de acontecer;
- a proteção aos povos indígenas e demarcação de suas terras será interrompida;
- o número de assassinatos no campo por conflitos fundiários diversos que vitimou cerca de setenta pessoas em 2017, além de outras violações de direitos humanos, tende a aumentar colocando o Brasil ao lado de países como Colômbia e Guatemala contumazes violadores e onde também grassa inaceitável impunidade;
- as instâncias da Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização dos Estados Americanos (OEA) que lidam com direitos humanos serão menosprezadas;
- na Conferência Internacional do Trabalho da OIT,

em 2019, esta organização celebrará cem anos de existência. O que o governo brasileiro terá para dizer após a reforma trabalhista implementada pelo usurpador Michel Temer que Bolsonaro tentará aprofundar, além da reforma da Previdência Social que tentará implementar?

No início de 2019, haverá na Europa uma reunião de representantes de partidos de extrema direita para tentar formar uma espécie de “internacional fascista”. Personalidades da extrema direita europeia como o primeiro-ministro Victor Orbán da Hungria e o ministro do Interior da Itália, Matteo Salvini, que já atuam conjuntamente, têm se aproximado de Bolsonaro, pois este, ao governar o maior país da América Latina, representa uma porta de entrada enorme para os ideólogos do fascismo na região. A ver se ele estará disposto a cumprir esse papel, embora alguns de seus apoiadores já tenham se comprometido com a realização de uma conferência de conservadores latino-americanos em contraposição ao Foro de São Paulo no dia 8 de dezembro, em Foz do Iguaçu (PR).

As perspectivas de política externa do futuro governo de Jair Bolsonaro, portanto, não são nada boas para aqueles que defendem que o Brasil tenha uma inserção internacional soberana, que responda aos interesses nacionais e que seja cumpridora dos tratados e compromissos internacionais. Está evidente que o futuro governo quer priorizar a relação com os Estados Unidos, argumentando que este seria um posicionamento isento de ideologia e que não tem nada a ver com as relações com países “comunistas”. A indicação do nome de Ernesto Araújo para ocupar a pasta de Relações Exteriores, um pró-Trump ferrenho, representa algo que não se via desde a nomeação do chanceler Juracy Magalhães no governo Castello Branco, que afirmou que “o que era bom para os Estados Unidos, era bom para o Brasil”.

Alçado de um posto do terceiro escalão do Itamaraty, o Departamento dos Estados Unidos, Canadá e Assuntos Interamericanos, Araújo teria sido indicado para o cargo por Olavo de Carvalho, um jornalista e escritor ultra conservador e neoliberal que exageradamente é apresentado como filósofo, hoje radicado nos Estados Unidos. Ele tem sido fonte de inspiração para Bolsonaro e pessoas próximas a ele, bem como para os integrantes de grupos como o MBL. É um dos tantos financiados pela ultra direitista Fundação dos Irmãos Koch dos EUA.

Pouco se conhece sobre Araújo, a não ser o artigo “Trump e o Ocidente” publicado no “Cadernos de Política Exterior” onde, entre outras pérolas expressa sua admiração e afirma que *“o presidente Donald Trump propõe uma visão do Ocidente não baseada no capitalismo e na democracia liberal, mas na recuperação do passado simbólico, da história e da cultura das nações ocidentais. A visão de Trump tem lastro em uma longa tradição intelectual e sentimental, que vai de Ésquilo a Oswald Spengler, e mostra o nacionalismo como indissociável da essência do Ocidente. Em seu centro, está não uma doutrina econômica e política, mas o anseio por Deus, o Deus que age na história. Não se trata tampouco de uma proposta de expansionismo ocidental, mas de um pan-nacionalismo. O Brasil necessita refletir e definir se faz parte desse Ocidente.”*

Não faz sentido para um país da dimensão e com as potencialidades do Brasil alinhar-se a quem quer que seja e muito menos com a maior potência que coloca seus próprios interesses acima dos demais. Essa política defendida pelo futuro chanceler só é boa para aqueles que defendem o “America First” e não para a inserção internacional do Brasil. Além do “surto” que o parágrafo acima demonstra, caberia ainda dizer que envolver Deus na política externa não é uma boa ideia, pois segundo os crentes “seu reino não é deste mundo”.

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



Esta sessão trata da nova composição do Congresso, que, embora tenha apresentado grande renovação, é o mais conservador de todos os tempos, com destaque para as principais bancadas formadas após as eleições. Também apresenta a nova formação ministerial do governo Bolsonaro anunciada até o momento.

Novo Congresso: mais fragmentado e conservador

As eleições de 2018 trouxeram uma importante renovação no Congresso Nacional. Das 513 vagas de deputados federais, 407 disputaram a reeleição, mas apenas 244 se reelegeram. Mais da metade (52%) dos eleitos para a legislatura de 2019 a 2022 será composta por deputados estreantes no mandato (269 deputados), ainda que muitos venham de outros cargos políticos tanto do Poder Legislativo quanto do Executivo. Desde 1994 não ocorria uma renovação tão expressiva.

Essa também será a legislatura mais fragmentada, com representação de trinta partidos, dois a mais que na última eleição, onde 28 partidos tiveram assento. O PT foi o partido que elegeu a maior bancada na Câmara de Deputados (56), cinco a menos que na composição anterior. O PSL terá a segunda maior bancada, composta por 52 deputados e é o partido que mais aumentou sua representação, com 44 parlamentares a mais que os oito que tinham na legislação atual.

O PP será o terceiro partido com mais deputados na Câmara (37), doze a menos do que os 49 que

possuía. MDB e PSD dividem a quarta posição, com 34 deputados, o MDB com redução de dezesseis deputados e o PSD de três, em relação aos 37 que tinha. Com um deputado a menos (33), o PR é o quinto maior partido na Câmara, tendo perdido sete, é seguido pelo PSB, com 32, com representação ampliada com mais seis. O PRB ficou na sétima posição, com trinta deputados eleitos, oito a mais do que os 22 que possuía na legislatura atual.

O PSDB foi o partido que sofreu maior perda no seu quadro de deputados federais, e caiu para oitava posição, com 29 deputados eleitos, vinte a menos do que os 49 que possuía, mesmo número de representantes eleitos pelo DEM, catorze a menos que os 43 que possuía.

Alguns partidos que não tinham e passaram a ter representantes no Congresso, como o Novo, que elegeu oito deputados, o PRP com quatro, o PMN com três, o PTC com dois, e o DC com um. Dos trinta partidos que elegeram parlamentares, nove não atingiram a cláusula de barreira e não receberão mais recursos do fundo partidário: PCdoB, Rede, Patri, PHS, PRP, PMN, PTC, PPL e DC.

A composição das bancadas e sua atuação

Apesar de o PT ter obtido o maior número de cadeiras na Câmara dos Deputados, o perfil do novo Congresso pode ser considerado o mais conservador, de acordo com suas pautas de atuação. O levantamento do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) mostra que o grupo de deputados federais ligados à bandeira sindical e aos movimentos sociais terá uma redução de 50%, com o número de parlamentares caindo de 83 para quarenta deputados.

O crescimento da bancada evangélica nas eleições foi superior a 10%, registrando um aumento de 75 deputados eleitos em 2014 para 84 no último pleito. Na composição do Congresso, a bancada evangélica chega a pelo menos noventa parlamentares, contando com quatro senadores. Também de acordo com o Diap, integram a bancada evangélica não só os que ocupam cargos nas estruturas das instituições religiosas, como bispos, pastores, missionários e sacerdotes, mas também cantores gospel e os parlamentares que professam fé evangélica ou alinham seus votos por essa doutrina.

As duas principais agremiações evangélicas representadas entre os eleitos são a Assembleia de Deus, com trinta deputados eleitos, e a Igreja Universal do Reino de Deus, com dezessete. Além do número de parlamentares evangélicos eleitos, que alcançou seu maior patamar na história, destacam-se nesse grupo os campeões nacionais de votos, como os deputados Eduardo Bolsonaro e Joice Hasselmann, que juntos somaram mais de três milhões de votos, ambos ligados à Igreja Batista e filiados ao PSL-SP.

Somados à bancada evangélica, os católicos e grupos de direita conservadores nos costumes, a expectativa é que a rede de deputados simpatizantes da “bancada da família” possa chegar a 180 parlamentares.

Dos 261 parlamentares que compunham a bancada ruralista, uma das mais expressivas do Congresso, 199 parlamentares disputaram a reeleição, sendo 179 para uma vaga na Câmara e vinte ao Senado. O resultado para este segmento foi 104 parlamentares eleitos, 76 deputados federais e 28 senadores, segundo o Diap. Uma redução de quase 50% da bancada. Entre os deputados 45 foram reeleitos e 31 são novos.

Este pleito resultou também na eleição recorde de militares, que devem inflar a chamada “Bancada da bala”, formada por parlamentares que compõem a Frente Parlamentar de Segurança Pública e defendem o endurecimento do Código Penal e das políticas de segurança pública, que passará de 36 para 103 parlamentares na próxima legislatura, sendo 93 deputados e dez senadores. A expansão se deve a mais de quatro dezenas de deputados do PSL, de Jair Bolsonaro, que devem defender pautas como redução da maioria penal; revogação do Estatuto do Desarmamento, garantindo a qualquer cidadão o direito a posse de armas; revogação da Lei de Execução Penal, tornando mais rígidas a aplicação de penas e mais difíceis os indultos e saídas temporárias.

Entre todas as siglas, os candidatos com patente militar eleitos triplicaram em relação a 2014, chegando a 22. Em 2014, só oito deputados eleitos eram oriundos do meio militar, que inclui as Forças Armadas, a Polícia Militar e os Bombeiros.

Atualmente não existe uma bancada da bala no Senado. Isso deve mudar. Dois militares com patente foram eleitos, entre eles o Major Olímpio (PSL-SP), um dos membros mais destacados do grupo na Câmara. A bancada ainda deve contar com um dos filhos de Bolsonaro, Flávio, eleito senador pelo Rio de Janeiro. No total, cinco senadores eleitos já parecem afinados com os temas defendidos pelo núcleo ativo da bancada na Câmara.

É possível dizer que cerca de dois terços dos deputados eleitos para a próxima legislatura estão alinhados ao governo de Jair Bolsonaro. Nesse contingente, pode-se identificar um “núcleo duro” de 164 deputados eleitos que declararam apoio explícito ao ex-capitão do Exército, dos quais 22 (14% do núcleo duro) são oriundos das Forças Armadas (militares delegados e policiais).

Ainda, o novo Congresso é formado principalmente pelos donos das grandes fortunas. Entre o conjunto dos eleitos, 241 deputados (47%) declararam patrimônio superior a um milhão de reais. A reforma política manteve o peso do poder econômico como um fator relevante no direcionamento do processo eleitoral, em prejuízo dos estratos sociais de menor renda que continuam em muito sub-representados.

Mais de 80% dos deputados eleitos tem nível supe-

rior, sendo em sua maioria profissionais liberais: 26% são empresários, 20% são bacharéis em direito, 8% professores, 8% de médicos, além de radialistas, economistas e administradores de empresas. Cerca de 8% têm nível médio de escolaridade, 7% curso superior incompleto e 1,17% ainda são estudantes.

As mulheres ocuparão 15% das cadeiras da Casa, em comparação as 10% atuais. A bancada feminina na Câmara dos Deputados será composta por 77 parlamentares, hoje tem 51. Entre as eleitas, 43 ocuparão o cargo pela primeira vez. Na distribuição partidária, os partidos que dispõem de mais mulheres em suas bancadas são o PT, com dez, o PSL, nove, o PSDB, sete, o PR, seis, e o MDB, PSOL e PP, cinco.

Mais de 75% dos eleitos se declaram brancos e 20% se declaram negros ou pardos. Dos 513 deputados, 28 têm menos de trinta anos (a mais velha é Erundina com 83 anos, no sexto mandato consecutivo e a mais nova é Luísa Canziani, com 22 anos).

A composição do Congresso guarda uma ampla distância da composição da sociedade, tanto em relação ao perfil socioeconômico quanto aos interesses que representam. Se for essa a renovação esperada pelo eleitorado fica bastante evidente o caráter conservador que ela traz. Esse Congresso deverá atuar no sentido de promover mudanças legislativas regressivas e aprofundar o desmonte do Estado Social que vinha sendo erigido desde a Constituição de 1988. Cabe à oposição buscar base de apoio popular, fazendo pressão junto à população e organizações sociais para tentar barrar o governo na destruição dos direitos da população menos favorecida.

A formação ministerial do governo Bolsonaro

Em meio à transição de governo, Bolsonaro já indicou boa parte de seus ministros, além da fusão de ministérios. Para a Fazenda, conforme já anunciado na campanha, o economista Paulo Guedes, fundador do Banco Pactual, comandará a pasta, que também agrupará o Planejamento, Indústria e Comércio. Também na área econômica, o presidente eleito anunciou para o comando do Banco Central o diretor do banco Santander Brasil, Roberto Campos Neto. O avô do novo presidente do BC,

Roberto Campos, foi ministro do Planejamento do ditador Castello Branco e chegou a ser apelidado de “Bob Fields”, devido ao seu americanismo.

Na Casa Civil, foi escolhido o deputado reeleito Onyx Lorenzoni (DEM-RS), articulador político de Bolsonaro, relator do Projeto de Lei de iniciativa popular que englobava medidas de combate à corrupção defendidas pelo Ministério Público Federal e a Lava Jato. Lorenzoni chegou a confessar ter recebido caixa 2 do grupo JBS em sua campanha para deputado em 2014. Novo colega de Lorenzoni na Esplanada, o ex-juiz e futuro ministro da Justiça Sergio Moro chegou a afirmar que o deputado réu confesso por uso de caixa 2 teria “pedido desculpas”.

Moro, que condenou e prendeu o líder de todas as pesquisas de intenção de voto da eleição presidencial deste ano, ganhou de Bolsonaro o posto de ministro da Justiça, cuja pasta incorporará também o Ministério da Segurança Pública, criado por Michel Temer. O juiz já pediu exoneração, após garantir que os processos de Lula ficassem com sua juíza substituta, evitando que o caso fosse redistribuído. Para a Advocacia-Geral da União, foi escolhido André Luiz de Almeida Mendonça, pastor na Igreja Presbiteriana Esperança e assessor especial do ministro da Transparência e CGU. Na Corregedoria, até o momento, deve ser mantido o atual ministro Wagner Rosário, funcionário de carreira no órgão e ex-oficial do Exército.

Bolsonaro indicou militares para a Esplanada: para o Ministério da Defesa, o general da reserva Fernando Azevedo e Silva, assessor do presidente do STF, Dias Toffoli, e ex-comandante militar do Leste durante os Jogos Olímpicos de 2016. Havia a expectativa de que a pasta ficaria sob o comando do general Augusto Heleno, que chegou a ser convidado para a vice-presidência na chapa de Bolsonaro antes das eleições. Heleno comandará, no entanto, o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), que engloba, entre outros órgãos, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e a Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional. Já para o Ministério da Ciência e Tecnologia, indicou o tenente-coronel da Aeronáutica Marcos Pontes, primeiro brasileiro a viajar para o espaço, durante o governo Lula.

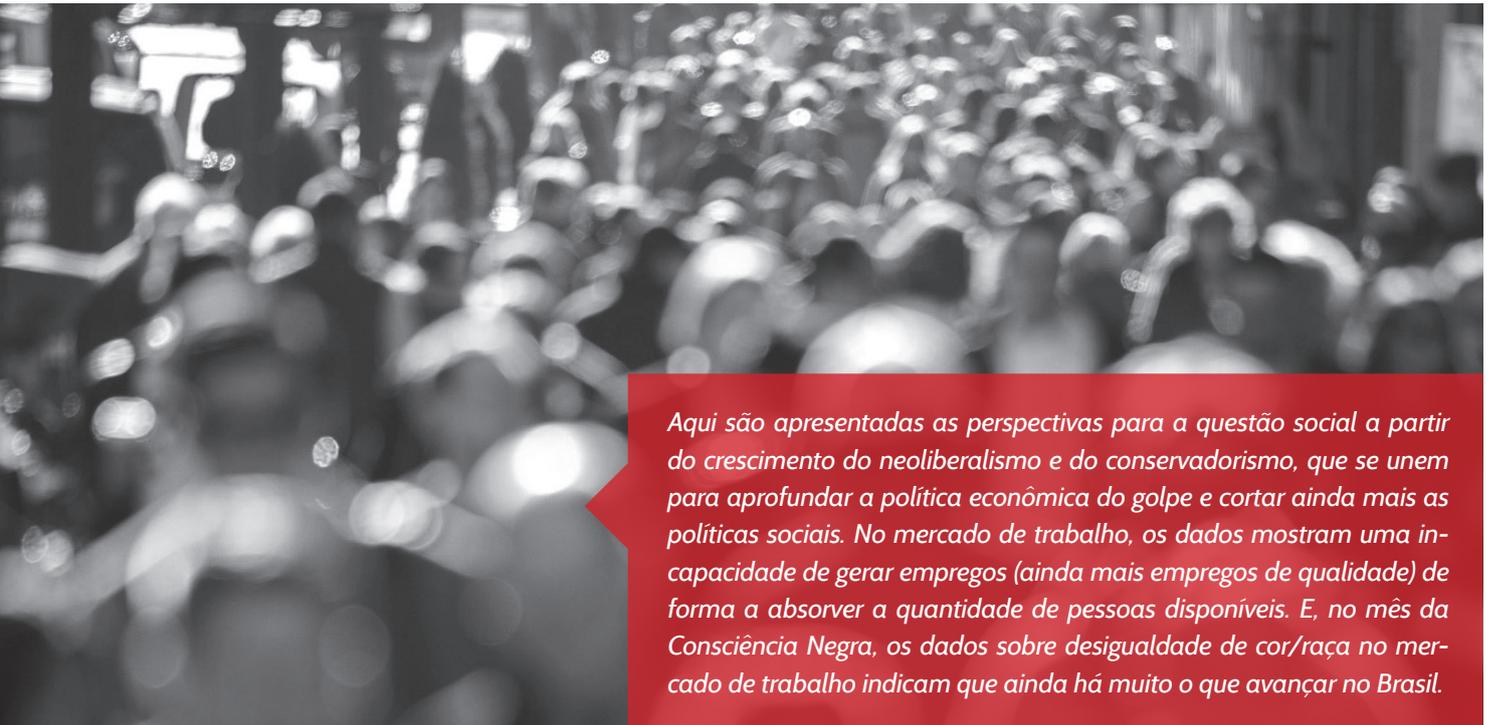
Para a Agricultura, foi indicada a deputada federal

Tereza Cristina (DEM-MS), líder da bancada ruralista, que presidiu a Comissão Especial do PL 6299, apelidado de PL do Veneno por flexibilizar as regras de controle de agrotóxicos. Para a Saúde, outro deputado do DEM do Mato Grosso do Sul: Luiz Henrique Mandetta, médico ortopedista, investigado por fraude em licitação, tráfico de influência e caixa dois durante a gestão da Secretaria da Saúde de Campo Grande. Mandetta também foi presidente do plano de saúde privado Unimed na capital sul-matogrossense.

No comando do Itamaraty, Bolsonaro colocará o recém-nomeado embaixador Ernesto Araújo, atual diretor do Departamento de Estados Unidos, Canadá e Assuntos internacionais do ministério. Em

seu blog, Araújo combate o que chama de globalismo e de influência do “Marxismo Cultural” que quer destruir os valores do ocidente. O nome que comandará a política externa brasileira foi indicado pelo escritor Olavo de Carvalho, que também indicou o ministro da Educação, o colombiano Ricardo Vélez Rodríguez. Bolsonaro havia escolhido dias antes o diretor do Instituto Ayrton Senna, Mozart Ramos, mas voltou atrás após veto da bancada evangélica. Braço direito de Bolsonaro durante a campanha, Gustavo Bebbiano ficará à frente da Secretaria-Geral da Presidência. Ainda não foram anunciados os nomes que ficarão responsáveis pelo Meio Ambiente, Cultura, Trabalho, Direitos Humanos e minorias, Turismo e Esportes.

SOCIAL



Aqui são apresentadas as perspectivas para a questão social a partir do crescimento do neoliberalismo e do conservadorismo, que se unem para aprofundar a política econômica do golpe e cortar ainda mais as políticas sociais. No mercado de trabalho, os dados mostram uma incapacidade de gerar empregos (ainda mais empregos de qualidade) de forma a absorver a quantidade de pessoas disponíveis. E, no mês da Consciência Negra, os dados sobre desigualdade de cor/raça no mercado de trabalho indicam que ainda há muito o que avançar no Brasil.

Questão social e crescimento do neoliberalismo

As perspectivas que se abrem para a questão social sob o governo que se inicia no ano que vem não são positivas para a questão social. De um lado, avançam o pensamento neoliberal e a defesa da austeridade; de outro, o conservadorismo como força política, que ataca os que lutam pela diminuição das desigualdades sociais, de gênero, raciais etc.

A má notícia para a maioria da população brasileira – as trabalhadoras e os trabalhadores – é que a política econômica de Temer será continuada e aprofundada por Jair Bolsonaro, como mostram as indicações dos futuros ministros, entre eles Paulo Guedes. Além disso, Guedes convidou um conjunto de economistas formados na Escola de Chicago para ocuparem diversos cargos chave no governo. Vale lembrar que foram economistas desta escola que realizaram grandes reformas liberalizantes no Chile durante a ditadura de Pinochet, como, por exemplo, a reforma da Previdência, que levou grande parte dos aposentados chilenos a ter hoje um rendimento menor que o salário mínimo: cerca de 90% deles recebem um benefício de menos da metade de um salário mínimo.

Essa estratégia, de seguir a mesma linha e aprofundar as reformas que cortam direitos, ficou mais

clara com o lançamento do documento “Caminho para o Futuro” pelo MDB neste mês, em que saúda o governo Bolsonaro como continuidade do projeto de Temer e aponta que ele vai conseguir aprofundar esse programa. “Não há caminho alternativo”, diz o documento. Também é sintomático que Renan Calheiros, grande nome do MDB, tenha declarado que há uma convergência programática na economia do MDB com Bolsonaro. No plano econômico, Bolsonaro é o aprofundamento do projeto do “Ponte para o futuro”, a legitimação autoritária da perda de direitos e do golpe.

A perspectiva de que o quadro para a questão social não será positivo se confirma também pelas indicações para ocuparem cargos no novo governo de pessoas ligadas a movimentos conservadores como o “Escola ‘sem’ partido”, que possui um teor fortemente persecutório, repressor e violento. A esse respeito, especialistas da área da educação têm alertado que o movimento prega que a escola passou a ser “ideológica” nos últimos trinta anos, o que coincide com o período da redemocratização do país.

Para os que acham que tal panorama é exagero, vale lembrar também que Paulo Guedes afirmou que o Brasil “vai enterrar o modelo econômico social-democrata”. A Constituição Federal de 1988 (CF88), chamada de Constituição Cidadã, de fato

se inspirou na social democracia, em especial a europeia, para instituir uma série de direitos aos cidadãos brasileiros, tal como consta no artigo 6º: “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. No entanto, toda a carga de exclusão e desigualdade da sociedade brasileira, de quatrocentos anos de escravidão seguida por períodos ditatoriais, não foi passível de ser alterada facilmente: aqui não é que tenha falhado o projeto de inclusão social, mas sempre floresceu a exclusão social. Soma-se a isso que, nos anos 1990, que se seguem à promulgação da CF88, o país tenha entrado na égide do neoliberalismo, que não garantiu recursos para as áreas sociais e ampliou problemas como o desemprego, a fome e a pobreza.

Assim, trinta anos da CF88 se passaram, mas voltamos ao mesmo pensamento: à época de sua promulgação, Sarney dizia que ela tornaria o país ingovernável. À época do documento “Ponte para o Futuro”, dizia-se que a Constituição não cabia no orçamento. Agora Paulo Guedes, que parece ter superpoderes no futuro governo, tem como uma de suas primeiras falas após a eleição esse ataque à Carta. Não serão anos fáceis para aqueles que dependem do Estado para ter acesso aos direitos sociais citados na Constituição.

Não é casual que os ataques em diversos fronts convirjam para a crítica do que foi feito “nos últimos trinta anos” ou do que foi “garantido na Constituição”: muitos dos membros do novo governo, inclusive o presidente eleito, defendem abertamente a ditadura militar.

Mercado de trabalho

Foram criadas 57,7 mil vagas de emprego com carteira assinada em outubro, segundo dados divulgados pelo Ministério do Trabalho. Apesar de positivo, o resultado ficou abaixo do esperado e abaixo do registrado no mesmo período do ano passado, quando foram abertos 76,5 mil postos formais. E também, os números estão muito abaixo da média do período pré-crise.

De fato, a situação no mercado de trabalho continua grave. A taxa de desocupação no trimestre de julho a setembro de 2018 foi de 11,9%, segundo cálculos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC). A taxa é menor que no trimestre anterior (abril a junho), em que foi de 12,4%, e menor que no mesmo trimestre do ano anterior, em que foi 12,4%.

Apesar da queda na taxa de desocupação e na população desocupada (que chega a 12,5 milhões), a taxa de subutilização (composta por pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e na força de trabalho potencial) foi de 24,2%, maior que os 23,9% encontrados no mesmo trimestre do ano anterior. A população subutilizada (27,3 milhões) ficou estável frente ao trimestre anterior (27,6 milhões de pessoas). Em relação a igual trimestre de 2017 (26,8 milhões), este grupo cresceu 2,1%, um adicional de 559 mil pessoas subutilizadas.

Um fator apresentado pela pesquisa é muito importante para ajudar a explicar a queda da desocupação no Brasil, e vai na mesma direção do aumento da subutilização: o número de pessoas desalentadas (4,8 milhões) subiu 12,6% em relação ao mesmo trimestre de 2017 (4,2 milhões). Também, se manteve estável o número de empregados no setor privado com carteira de trabalho assinada (exceto trabalhadores domésticos), o que puxou o emprego foi o setor privado sem carteira de trabalho assinada (11,5 milhões de pessoas), que subiu em relação ao trimestre anterior (4,7%), representando um incremento de 522 mil pessoas. Em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, subiu 5,5%, um adicional de 601 mil pessoas. Também a categoria dos trabalhadores por conta própria (23,5 milhões de pessoas) cresceu 1,9% em relação ao trimestre anterior (mais 432 mil pessoas) e subiu 2,6% (mais 586 mil pessoas) em relação ao mesmo período de 2017.

Assim, a PnadC continua mostrando que a queda da taxa de desocupação vem acompanhada do crescimento do emprego sem carteira e por conta própria (vínculos mais precários em termos de segurança e direitos) e devido a uma ampliação do desalento entre os trabalhadores brasileiros: se pa-

ram de procurar emprego, os trabalhadores deixam de contar como desocupados, contribuindo para que o índice caia.

Até aqui, não há boas notícias para os trabalhadores e as trabalhadoras brasileiros. A reforma trabalhista, que, diziam, criaria seis milhões de empregos (mas nunca provaram como), não conseguiu dinamizar o mercado de trabalho brasileiro, só conseguiu arriscar direitos adquiridos dos trabalhadores.

Além disso, vale dizer que Jair Bolsonaro criticou a medição de desemprego no país, que seria “uma farsa”, segundo ele. Completou que “quem recebe Bolsa Família é tido como empregado, quem não procura emprego há mais de um ano é tido como empregado, quem recebe seguro-desemprego é tido como empregado.”

O presidente eleito está muito mal informado sobre como é calculada a taxa de desocupação (e não desemprego) e sobre as diversas estatísticas que já existem relativas às preocupações apontadas pelo futuro mandatário. Por exemplo, a Pnad Contínua, calculada pelo IBGE, já mede a quantidade de pessoas desalentadas, que é o contingente de pessoas que desiste de procurar emprego. Formalmente, elas não entram na estatística como desocupadas, pois pessoas desocupadas são aquelas que estão procurando emprego. Essa medição não é uma invenção brasileira, mas é adotada segundo critérios internacionais, para tornar nossos dados comparáveis aos de outros países. O futuro mandatário também erra quando diz que quem recebe bolsa-família ou seguro-desemprego é considerado em-

pregado. Auferir algum tipo de renda nada tem a ver com o status de ocupado ou desocupado.

O comentário do presidente eleito mostra desconhecimento sobre as estatísticas relativas ao mercado de trabalho e provocou cautela entre pesquisadores da área, que temem alterações que quebrem séries históricas e retirem as medições brasileiras dos padrões internacionais, além de descreditar o trabalho sério realizado por instituições que realizam esse tipo de pesquisa, como o próprio IBGE.

A crítica do vem em um período em que o IBGE enfrenta graves cortes orçamentários e de pessoal, levando alguns analistas a começarem a falar em “apagão estatístico” no país, o que é algo gravíssimo.

Mês da Consciência Negra e o racismo estrutural

Em novembro celebra-se o mês da Consciência Negra. No entanto, o caminho para alcançar o fim das desigualdades raciais ainda é longo no Brasil: os dados mostram que, por exemplo, em 2016 o rendimento-hora dos brancos ocupados no Brasil foi de 18,1 reais e dos negros (pretos e pardos) foi de 10,2 reais: o rendimento-hora dos negros equivaleu a 56,4% do rendimento-hora dos brancos. Na mesma linha, para esse ano, o rendimento médio do trabalho principal dos negros foi em média 57,5% do rendimento dos brancos. Já a diferença das taxas de desocupação entre brancos e negros também é muito significativa: em 2016, enquanto entre os brancos esta taxa foi de 9,1%, entre os negros foi de 13,2%.

ECONOMIA



Passada a marola econômica do período eleitoral, a entrada no último trimestre de 2018 indica que o ano terminará com a atividade econômica ainda muito fraca, contrastando com o clima de relativo otimismo que era verificado no mesmo período do ano passado. Se forem confirmados os rumos indicados pelas pesquisas, a passagem para o novo governo ocorrerá em um contexto de forte debilidade da economia brasileira.

Nível de Atividade

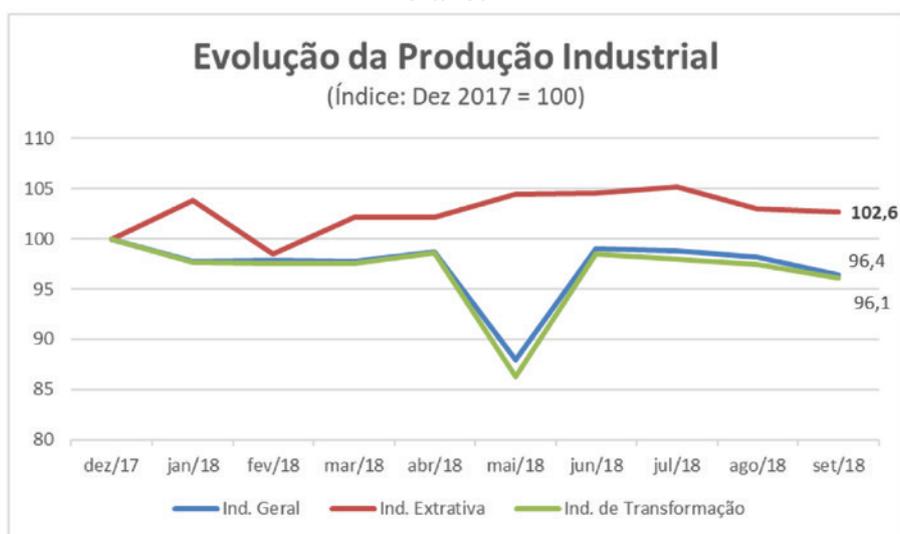
Sob o embalo das atividades relacionadas à campanha eleitoral de 2018 e também em decorrência do efeito estatístico frente ao fraco trimestre anterior (afetado negativamente pela crise dos combustíveis) o terceiro trimestre de 2018 registrou uma aceleração modesta do nível de atividade da economia brasileira.

De acordo com o Monitor do PIB (indicador antecedente da FGV) - o que mais tem conseguido se antecipar às oscilações reais do PIB nos últimos tempos - o trimestre encerrado em setembro teve um crescimento de 1%, favorecido especialmente pelo resultado apurado na passagem de agosto para setembro (+0,4%). Já o indicador antecedente calculado pelo Banco Central (IBC-Br) apontou um crescimento do PIB no terceiro trimestre um pouco mais acentuado, alcançando 1,74%.

Entretanto, como se pode observar nos gráficos aqui incluídos, a análise em separado da evolução dos indicadores coincidentes dos diferentes setores de atividade não sugerem uma melhora consistente do pulso econômico do país.

No setor industrial, por exemplo (Gráfico 1), a despeito de algum alívio percebido nas indústrias extrativas (crescimento de 2,6% em relação a dezembro do ano passado), as atividades da indústria de transformação continuam se contraindo, registrando uma trajetória cadente que se iniciou em janeiro de 2018 e que se acentuou nos últimos três meses. Na passagem de agosto para setembro a queda do conjunto do setor industrial apurada pela Pesquisa Industrial Mensal chegou a 1,8%, sugerindo que 2018 será mais um ano ruim para esse importante setor da produção brasileira.

Gráfico 1

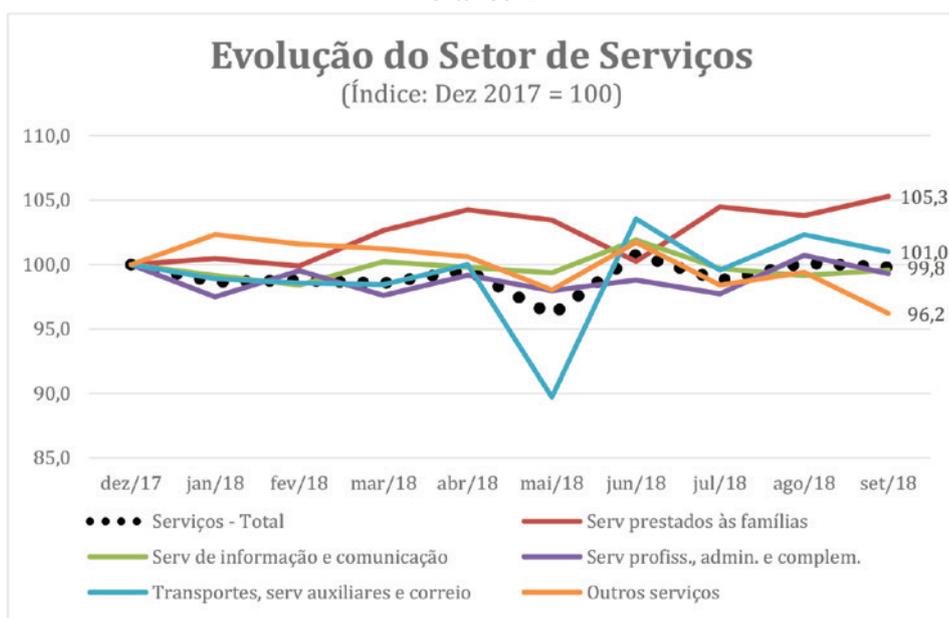


FONTE: Pesquisa Industrial Mensal (IBGE). Índice de Produção Industrial com ajuste sazonal.

No setor de serviços os números registrados ao longo do ano também refletem a persistência da estagnação econômica. Conforme se observa no Gráfico 2, o volume total dos serviços no mês de setembro é praticamente o mesmo que se verificava no início do ano. Entre os diferentes segmentos do setor, os avanços positivos se concentraram nas atividades de serviços prestados às famílias, que avançaram 5,3% desde o início do ano e no segmento de transporte e correio que cresceu 1% no mesmo período. Por outro lado, entre o segmento

denominado pelo IBGE como outros serviços, registrou-se uma forte queda de 3,8% ao longo de 2018, a qual contrabalançou os números positivos dos outros dois anteriormente mencionados. Já o segmento dos serviços profissionais, administrativos e complementares – que está mais diretamente associado à dinâmica do setor corporativo – permaneceu bastante estável ao longo do ano, mantendo em setembro praticamente o mesmo volume de atividade que havia sido registrado em dezembro de 2017.

Gráfico 2



FONTE: Pesquisa Mensal dos Serviços (IBGE). Índice de Volume de Atividades com ajuste sazonal.

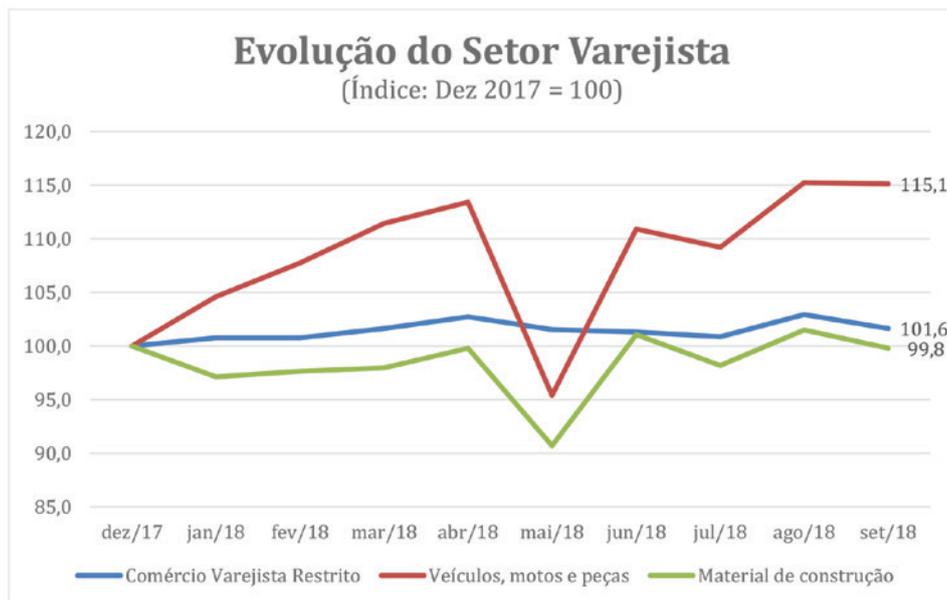
O único dos três setores de atividade econômica acompanhados sistematicamente pelo IBGE que registrou algum avanço no decorrer do ano de 2018

foi o do Comércio Varejista (veja no Gráfico 3). Em seu conceito mais restrito (que exclui as vendas do setor automotivo e de materiais de construção), as

vendas no varejo atingiram em setembro um patamar levemente superior ao que se encontravam no início do ano, tendo crescido apenas 1,6% no período. De forma muito similar, o volume de vendas de materiais de construção manteve-se também praticamente estagnado ao longo de todo o ano – com exceção da queda mais acentuada ocorrida em maio. Por seu turno, o volume de vendas do segmento de veículos, motocicletas, partes e pe-

ças teve um desempenho significativamente melhor, registrando um avanço de 15,1% nos primeiros nove meses do ano, mas sem que isso se traduzisse em proporcional desempenho da produção. De acordo com as últimas estimativas da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos (Anfavea) a produção do setor automotivo deverá crescer 11% no ano, afetado principalmente pela queda das importações do México e da Argentina.

Gráfico 3



FONTE: Pesquisa Industrial do Comércio (IBGE). Índice de Volume de Vendas com ajuste sazonal.

Inflação e política monetária

A inflação brasileira continua se mantendo em um patamar bastante baixo, tendo sido registrada uma variação positiva de apenas 0,19% na mais recente prévia do IPCA-15, divulgada no último dia 23 de novembro. Apesar da alta dos alimentos (+0,54%), a inflação apurada até a segunda quadrissemana de novembro foi a mais baixa para o mês desde 2003, influenciada principalmente pelas quedas nos preços dos grupos saúde (-0,35%) e habitação (-0,13%).

Com esses números, a inflação acumulada ao longo de 2018 alcançou 4,03%, enquanto a taxa relativa aos últimos doze meses ficou em 4,39% – portanto, ainda abaixo da meta de 4,5%. Considerando-se que há razoável segurança quanto à queda dos preços dos combustíveis nas próximas semanas – decorrente das acentuadas baixas no preço internacional do petróleo – e que nada indica uma pressão de consumo no curto prazo, é de se

esperar que a inflação anual permaneça em patamar bastante baixo, levando provavelmente a fechar 2018 próxima de 4%.

Diante desse cenário de anemia econômica, o Banco Central do Brasil parece convicto a manter a taxa básica de juros (Selic) em 6,5% na próxima reunião do Copom, a ser realizada no dia 12 de dezembro. Para o ano de 2019, entretanto, ainda são bastante incertas as apostas quanto à trajetória futura da Selic. Com a anunciada troca de comando do Banco Central a partir de janeiro, é possível que haja uma nova orientação a respeito dos rumos da política monetária.

De todo modo, de acordo com as mais recentes previsões reunidas pelo Relatório Focus do Banco Central, os economistas do mercado continuam projetando um aumento da Selic para 8% ao longo de 2019, a despeito de estimarem uma taxa de inflação anual de 4,20%, isto é, muito similar à que é esperada para o corrente ano (4,23%).

Comércio Exterior

Os resultados do comércio exterior apurados até a terceira semana de novembro revelam um crescimento de 9,3% das exportações acumuladas ao longo de 2018 quando comparado ao mesmo período do ano anterior e um aumento mais expressivo das importações, que cresceram 20,1% no mesmo comparativo. Consequentemente, o saldo comercial até este momento do ano está 14,4% mais baixo do que em 2017, o que significa uma retração de 8,7 bilhões de dólares.

Entre os itens exportados com maior presença em nossa pauta exportadora de 2018 (aqui considerado o período janeiro-outubro) os produtos básicos representam ainda o maior contingente (99,1 bilhões de dólares), com destaque para soja (29,7 bilhões) e óleos brutos de petróleo (21,15 bilhões), enquanto os produtos manufaturados alcançaram 71 bilhões de dólares e os produtos semimanufaturados chegaram a 25,4 bilhões.

Já a nossa pauta de importações segue se apresentando bastante mais desequilibrada, com elevada participação de produtos manufaturados (128,8 bilhões de dólares de janeiro a outubro), seguida do grupo de produtos básicos (15,9 bilhões) e dos semimanufaturados (6,7 bilhões).

Na análise dos nossos principais parceiros comerciais, a China se mantém como o mais importante, respondendo até outubro por 26,7% de nossas exportações totais (53,3 bilhões de dólares) e por 88,8% de nossas exportações de produtos básicos - especialmente soja e óleos de petróleo. Por outro lado, no que se refere às nossas importações, a China é também a principal origem dos bens que compramos do exterior (29,9 bilhões ou 19,7% do total), dos quais 97,7% são produtos manufaturados. Como resultado, o saldo comercial acumulado com a China nos dez primeiros meses de 2018 alcançou 23,4 bilhões de dólares, isto é, cerca de 45% do saldo total.

O segundo parceiro comercial de maior importância para o Brasil é o bloco europeu, cujo conjunto de países somados já importaram 39,2 bilhões de dólares de nossa produção até outubro de 2018 e nos venderam 35,7 bilhões de dólares, resultando em um saldo de 3,5 bilhões no período.

Por fim, os Estados Unidos, que absorveram até outubro de 2018 23,8 bilhões de dólares de nossas exportações totais e nos venderam um volume quase equivalente de produtos estadunidenses (23,7 bilhões) constituem o nosso terceiro maior parceiro comercial. Neste caso, entretanto, diferentemente do que ocorre com a China e mesmo com o bloco europeu, a corrente de comércio exterior com os EUA é fortemente concentrada em produtos manufaturados: 56,7% das nossas exportações e 90,8% das importações.

Contas Públicas

De acordo com o *Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas* divulgado no final de novembro, o governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) terá que contingenciar mais 2,36 bilhões de reais do Orçamento Geral da União nesse fim de ano para conseguir cumprir a meta de um déficit primário de 159 bilhões de reais estipulada para 2018.

Segundo o Ministério do Planejamento, que vinha trabalhando com um cenário mais otimista, o novo corte se fez necessário em decorrência da queda da receita de aproximadamente 4,5 bilhões de reais, frente uma redução das despesas obrigatórias de apenas 2,1 bilhões.

Com tais medidas, o governo de Michel Temer deverá evitar o descumprimento das regras fiscais no atual exercício, deixando, entretanto, um quadro preocupante para o futuro governo, que terá que lidar com um orçamento bastante apertado e que exigirá novos cortes (estimados em 37 bilhões de reais) no próximo ano para que não haja descumprimento do teto de gastos.

No que tange à chamada “regra de ouro” - que proíbe o endividamento do setor público para financiar despesas correntes - a expectativa é que, graças aos extraordinários resultados dos poços do Pré-Sal, tanto Temer quanto Bolsonaro sejam salvos pelos fluxos bilionários de royalties (fala-se em 56 bilhões de reais em 2019) e receitas (estima-se mais de cem bilhões em 2019) das vendas dos rentáveis campos de petróleo e assim escapem da guilhotina fiscal que consta da draconiana legislação brasileira.

TERRITORIAL



A pesquisa compara a performance eleitoral dos candidatos Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PSL) no segundo turno das eleições presidenciais. Os dados derivados do estudo mostraram melhor desempenho de Haddad na região Nordeste e em cidades brasileiras de menor porte. A pesquisa também associou o comportamento eleitoral dos candidatos com variáveis socioeconômicas predominantes nos municípios.

Segundo turno e condições dos municípios

O presente estudo visa contribuir para a discussão sobre o comportamento no segundo turno das eleições presidenciais de 2018. Nesse sentido, a metodologia empregada buscou comparar o desempenho eleitoral dos candidatos à Presidência da República Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT), e do candidato Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), segundo as condições socioeconômicas dos municípios brasileiros.

A pesquisa buscou realizar associações estatísticas (via método de correlação de Pearson) entre o comportamento eleitoral e as seguintes variáveis: emprego, pobreza, analfabetismo e escolaridade. As fontes de informação foram dados sobre o segundo turno da eleição presidencial de 2018 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e os dados do Censo Demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Resultado segundo regiões naturais

Os resultados das eleições do segundo turno mostraram um total de 104 milhões de votos válidos. Destes, 46,2 milhões de votos foram para o candidato do PT (45%), enquanto que 57,5 milhões foram para o candidato do PSL (55%) - eleito presidente da República. O candidato Fernando Haddad conseguiu melhor desempenho na região Nordeste, onde obteve mais de 20,3 milhões de votos. Nas demais regiões brasileiras, o candidato Jair Bolsonaro obteve melhor resultado eleitoral. Apesar de não ter liderado, o candidato Haddad obteve mais de quinze milhões de votos na região Sudeste do país.

Resultado segundo tamanho dos municípios e capitais

Dos 5.570 municípios brasileiros que participaram do

Tabela 1 – Distribuição dos votos válidos segundo regiões geográficas

Região (%)	Haddad	Bolsonaro	Total
Centro-Oeste	33,5	66,5	100,0
Nordeste	69,7	30,3	100,0
Norte	48,1	51,9	100,0
Sudeste	34,6	65,4	100,0
Sul	31,7	68,3	100,0
Total	44,9	55,1	100,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2018

processo eleitoral, o candidato Fernando Haddad (PT) obteve mais de 50% dos votos em 2.810 cidades. Enquanto, Jair Bolsonaro (PSL) obteve mais de 50% dos votos em 2.760 municípios.

Ao analisar o comportamento eleitoral segundo o porte dos municípios verificou-se um desempenho distinto entre os candidatos. O PT teve melhor performance nos municípios pequenos, sendo 39,5% dos votos conquistados em cidades com até cinquen-

ta mil habitantes, equivalente a 18,3 milhões de votos.

Bolsonaro obteve maior votação em municípios de porte médio e grande, o que inclui as capitais do país. O PSL teve melhor desempenho em cidades acima de quinhentos mil habitantes, onde teve 33,2% dos seus votos – o que significou 19,1 milhões de votos. O PSL também conquistou 18,3% dos votos em cidades de médio porte, correspondente a 10,5 milhões de votos.

Tabela 2 – Distribuição dos votos válidos segundo o tamanho dos municípios

Tamanho do município	Nº - em milhões de votos		% de votos	
	Bolsonaro	Haddad	Bolsonaro	Haddad
Até 50 mil	15,2	18,3	26,4	39,6
De 50 a 100 mil	6,3	5,7	11	12,3
De 100 a 200 mil	6,4	4,1	11,1	8,9
De 200 a 500 mil	10,5	5,8	18,3	12,6
Mais de 500 mil	19,1	12,3	33,2	26,6
Total	57,5	46,2	100	100

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2018

No que diz respeito ao resultado eleitoral nas capitais brasileiras verifica-se vitória de Haddad em Salvador, São Luís, Teresina, Recife, Aracaju e Fortaleza – todas pertencentes à região Nordeste. Enquanto, o candidato Jair Bolsonaro venceu em 21 capitais, reforçando a tendência de melhor desempenho em cidades de maior porte. A seguir, apresentam-se associações entre o desempenho eleitoral dos candidatos e variáveis socioeconômicas predominantes nos municípios brasileiros.

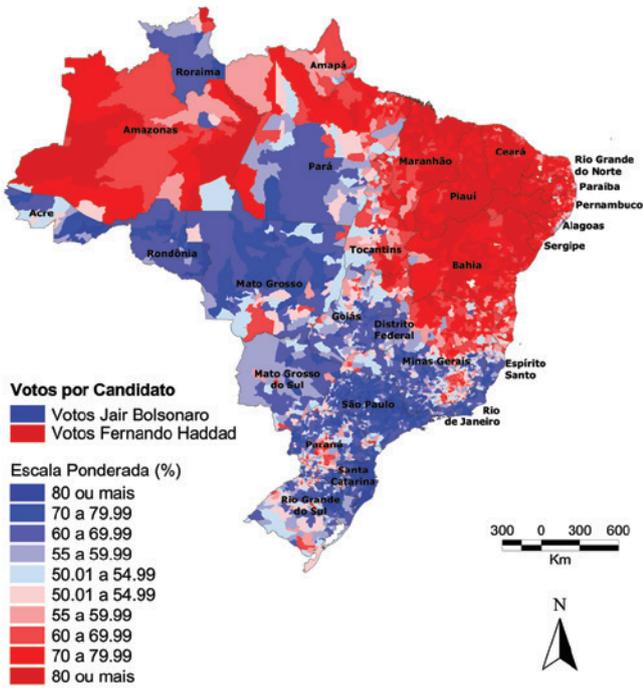
Emprego

Por meio da proporção de trabalhadores formais e funcionários públicos estatutários na População Eco-

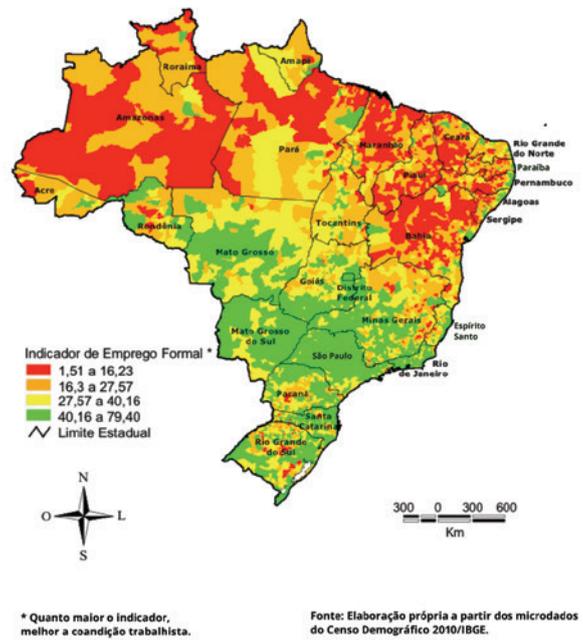
nomicamente Ativa elaborou-se o indicador de Emprego. Os mapas a seguir apontam que nos municípios com menor proporção de emprego formal houve melhor desempenho do PT – sinalizados na cor vermelha e laranja no Mapa de Emprego. Já o candidato do PSL teve melhor desempenho nos territórios de elevada proporção de empregos com carteira assinada – sinalizados nas cores verde e amarelo no Mapa de Emprego.

A associação entre o indicador de emprego e o percentual de votos válidos do candidato Fernando Haddad mostrou um coeficiente de Pearson de - 0,404 e foi considerada de nível mediana e significativa estatisticamente.

**PROPORÇÃO DE VOTOS NA ELEIÇÃO DO 2º TURNO - 2018
CARGO: PRESIDENTE**



EMPREGO FORMAL - 2010



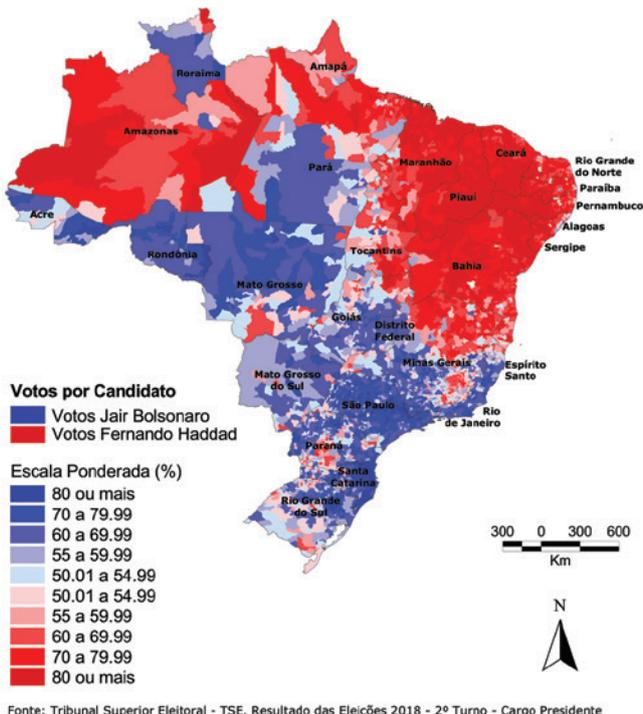
Pobreza

O indicador de pobreza foi representado pela proporção de domicílios com renda igual ou menor de meio salário mínimo. O cruzamento das variáveis sobre proporção de votos válidos do candidato Fernando Haddad e o indicador de pobreza assinalou um coeficiente de 0,523 - considerado uma correlação de

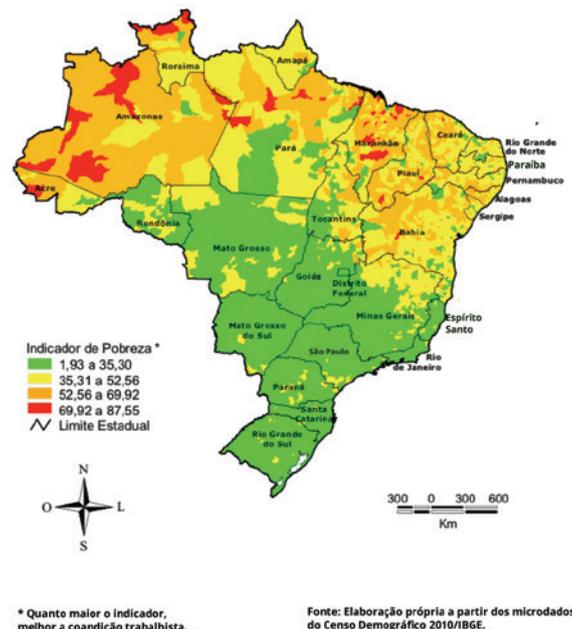
nível mediano e com significância estatística entre as variáveis.

A correlação verificada pode ser evidenciada territorialmente nos mapas a seguir: nas localidades com maior proporção de domicílios em situação de pobreza se notaram um melhor desempenho de Fernando Haddad em relação a Jair Bolsonaro.

**PROPORÇÃO DE VOTOS NA ELEIÇÃO DO 2º TURNO - 2018
CARGO: PRESIDENTE**



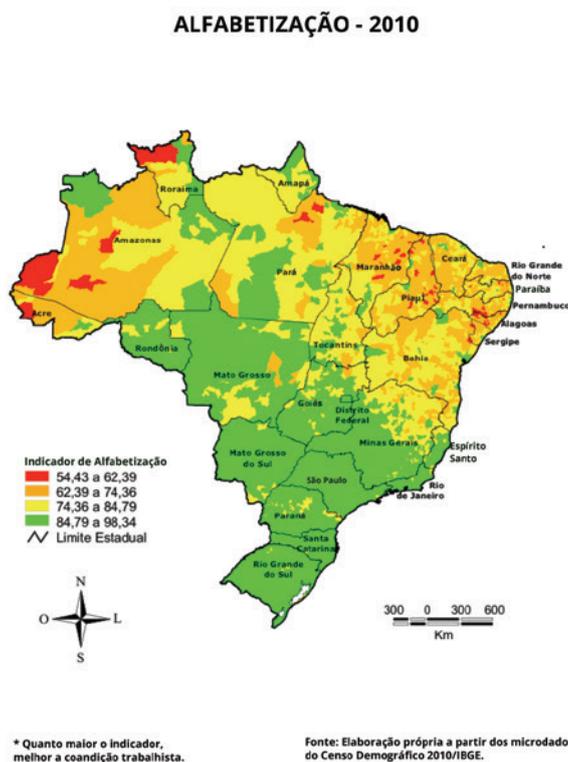
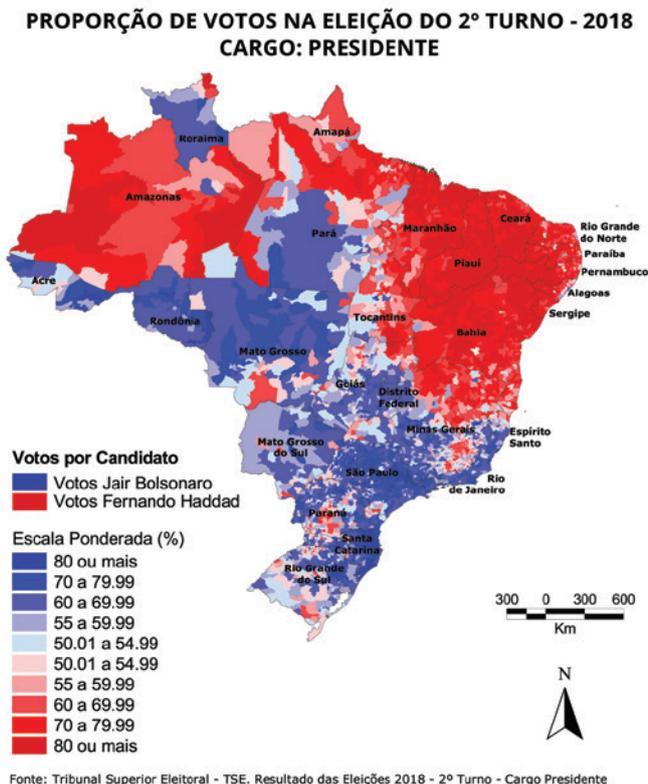
POBREZA - 2010



Alfabetização

A associação entre o indicador taxa de alfabetização das pessoas de cinco anos ou mais e percentual de votos válidos do candidato do PT apontaram um coeficiente de Pearson negativo de 0,467 – considerado

correlação de nível mediano e significativa estatisticamente entre as duas variáveis. A seguir, os mapas abordam essa questão ao mostrar que nas cidades com maior proporção de analfabetos também apresentou melhor desempenho de Fernando Haddad.

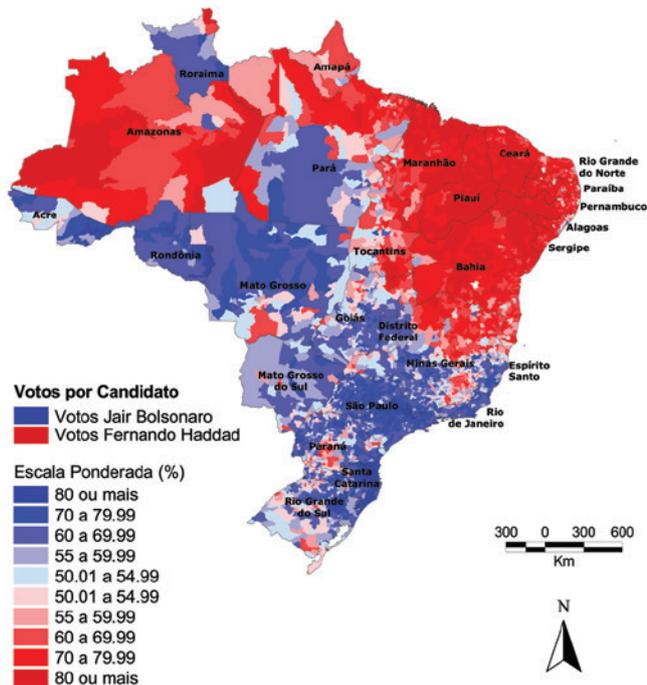


Escolaridade

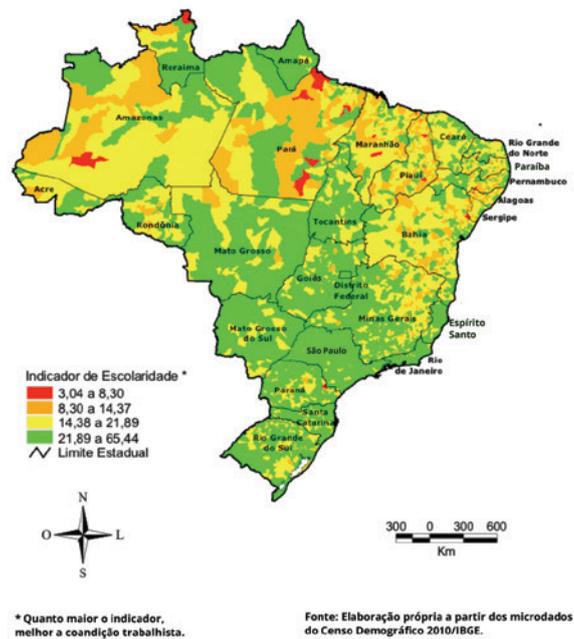
O grau de escolaridade no estudo foi mensurado pela proporção de pessoas com dezessete anos ou mais que concluíram o ensino médio. A associação do indicador de escolaridade e o desempenho eleitoral do

PT mostraram um coeficiente de Pearson de -0,335 – considerado de nível baixo e com significância estatística entre as variáveis. A seguir, os mapas sinalizam que os municípios com menor escolaridade possibilitaram maiores vantagens eleitorais para Fernando Haddad.

PROPORÇÃO DE VOTOS NA ELEIÇÃO DO 2º TURNO - 2018 CARGO: PRESIDENTE



ESCOLARIDADE - 2010



Aspectos metodológicos

Os resultados desse estudo foram apresentados por meio de associações estatísticas e também pela espacialização de indicadores a partir de técnicas de geo-

processamento. As associações entre desempenho eleitoral e variáveis socioeconômicas foram feitas a partir do método de correlação de Pearson que mede o grau da correlação entre duas variáveis.

Este coeficiente, normalmente representado por ρ assume apenas valores entre -1 e 1.

- $\rho = 1$ Significa uma correlação perfeita positiva entre as duas variáveis.
- $\rho = -1$ Significa uma correlação negativa perfeita entre as duas variáveis - Isto é, se uma aumenta, a outra sempre diminui.
- $\rho = 0$ Significa que as duas variáveis não dependem linearmente uma da outra. No entanto, pode existir uma dependência não linear. Assim, o resultado $\rho = 0$ deve ser investigado por outros meios.

$$\rho = \frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})^2} \cdot \sqrt{\sum_{i=1}^n (y_i - \bar{y})^2}} = \frac{\text{cov}(X, Y)}{\sqrt{\text{var}(X) \cdot \text{var}(Y)}}$$

A interpretação dos dados pode ser feita considerando os seguintes parâmetros: a) dados acima de 0,70 positivo ou negativo indicam uma forte correlação; b) dados entre 0,30 a 0,69 positivo ou negativo indicam correlação mediana; e c) dados entre 0 a 0,30 apontam para uma fraca correlação

Além disso, todos os indicadores desse estudo foram

apresentados em formas de mapas temáticos utilizando técnicas de geoprocessamento. Os intervalos dos mapas foram definidos pelo método algoritmo de Jenks (Natural Break), que se fundamentam na técnica de maximizar a variância interclasses utilizando uma base matemática para determinar o valor de seus intervalos.

COMUNICAÇÃO



Esta seção analisa a presença do Brasil na imprensa estrangeira nos primeiros dias após a eleição de Jair Bolsonaro, o comportamento da mídia tradicional brasileira após o anúncio dos integrantes do governo e os principais assuntos que repercutiram no facebook e no twitter no período.

O Brasil na imprensa estrangeira

Durante o mês de novembro o volume de notícias sobre o Brasil nos veículos estrangeiros diminuiu. As reportagens e artigos publicados expuseram incerteza sobre o que vai ser o governo liderado por Jair Bolsonaro. O consenso entre veículos do Oriente ao Ocidente é de que o país sofrerá uma forte guinada à direita, mas ninguém consegue saber exatamente qual caminho será trilhado.

O cientista político brasileiro Maurício Santoro resumiu bem essa incerteza em declaração à rede *Al Jazeera*, do Qatar. Ele afirmou que Bolsonaro “prometeu para seus eleitores uma mudança radical que ele talvez não seja capaz de cumprir”. Com a mesma intenção de demonstrar a falta de clareza sobre o futuro, o jornal *Washington Post* publicou um artigo que desenha três cenários possíveis para o governo de Bolsonaro: um governo inviabilizado, um governo bem-sucedido e um governo travado pela polarização.

Reportagens apontaram que as incertezas pairam sobre diversas áreas, inclusive, sobre as bandeiras mais importantes de Jair Bolsonaro como o comba-

te ao crime organizado. Uma especialista em segurança do Washington Office of Latin America disse ao *New York Times* que a possibilidade de utilizar as Forças Armadas contra o crime organizado é uma medida que já não funcionou no México e em Honduras. Mas não há certeza se Bolsonaro vai tomar esse caminho de fato. Afinal, durante a campanha ele dizia apenas que iria “jogar pesado na segurança”.

Alguns veículos destacaram que a preservação do meio ambiente corre risco com Bolsonaro. A proximidade dele com os ruralistas, as promessas de “reestruturar” órgãos de fiscalização e os ataques feitos às terras indígenas são pontos comuns em diversas publicações. *The Guardian* e *Le Monde* apresentaram as críticas mais contundentes sobre o tema.

Os posicionamentos de Jair Bolsonaro contra “minorias” e os movimentos sociais também causam perplexidade nos periódicos de outras partes do mundo. A possibilidade de criminalização do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto fez com que alguns textos questionassem se a democracia brasileira pode vir a ser abalada pelo próximo governo. Artigos dizem

que entre homo e transexuais existe um grande temor com relação aos retrocessos que podem ocorrer. Nesse sentido, o jornal francês *Le Monde* é um dos mais críticos e sempre se refere a Bolsonaro como misógino, racista e homofóbico.

A política externa é uma das grandes incertezas relacionadas ao próximo governo. Primeiro, porque o próprio Jair Bolsonaro deu declarações que geram conflitos, como as restrições que diz querer impor à China e a mudança da sede da embaixada brasileira em Israel. Os dois fatos foram diluídos no tempo, mas a incerteza ganhou novo impulso em função da indicação do próximo chanceler.

Os jornais de outros países ressaltaram que Ernesto Araújo defende os mesmos posicionamentos ideológicos que Bolsonaro. Publicações feitas em seu blog ganharam destaque, como a tese conspiratória de que o aquecimento global não passa de uma armação para favorecer o crescimento da China, ou ainda as críticas feitas à globalização. Alguns dos periódicos trataram os posicionamentos de Ernesto Araújo com ironia. Entretanto, fica evidente que o mundo está preocupado com a guinada brasileira.

Ainda nas eleições, diferentes veículos se referiram a Bolsonaro como um “Trump tropical”. Nos últimos dias de novembro, o jornal *New York Times* tem publicado reportagens que levantam a possibilidade de uma aproximação maior entre Brasil e Estados Unidos. Um ex-funcionário da Casa Branca, do setor de Política para a América Latina na administração Obama declarou que pode estar próxima uma “era de relações de ouro” entre as duas nações. Difícil é imaginar o quão dourada essa relação seria para o povo brasileiro. A forma semelhante como os dois chefes de Estado se apresentam publicamente é apontada como um fator que pode ajudar na aproximação. No entanto, há quem duvide desse estreitamento. Thomas Shannon, ex-embaixador no Brasil, disse que Trump é capaz de usar a boa relação apenas para atacar os governos da Nicarágua e da Venezuela e perder grandes oportunidades de negócio. Shannon declarou ao *NY Times* que “o governo Trump não age de forma estratégica”.

Um ponto de relação entre os dois governos é o posicionamento de Jair Bolsonaro contrário ao acordo que possibilitou a vinda de médicos cubanos para

o Brasil. O *New York Times* informou que Bolsonaro usou o Twitter para fazer uma publicação em inglês sobre o assunto. As críticas a tudo o que é da esquerda fizeram com que José Miguel Vivanco, diretor-executivo da divisão das Américas da Human Rights Watch, criticasse no *The Guardian* a “tática de guerra fria” de Jair Bolsonaro.

Alvo de muita polêmica, a indicação de Sergio Moro para o Ministério da Justiça e Segurança Pública parece ter gerado dúvidas tanto em jornais como em especialistas estrangeiros. Alguns chegam a dizer que o combate à corrupção pode ter novos capítulos no Brasil, mas para a maioria assumir o cargo não gera uma visão positiva sobre Moro. Matthew Taylor, professor na American University, disse ao *NY Times* que Moro entra na narrativa do PT de que há um complô e de que o Judiciário é partidário.

Bolsonaro e a imprensa tradicional

É assustador que tantos questionamentos e incertezas sobre o futuro do meio ambiente, da segurança, das relações com outros países e da democracia brasileira sejam levantados por jornais estrangeiros, mas que a imprensa tradicional brasileira ignore a incerteza que o resto do mundo está sentindo com relação ao governo de Jair Bolsonaro. Pior, a imprensa tradicional brasileira não se preocupa com nenhuma dessas questões.

O mais entusiasta do futuro governo entre os principais jornais diários continua a ser *O Estado de S.Paulo*, que, em 22 de novembro, publicou o editorial “Bom sinal”, no qual analisa a escolha dos ministros já anunciados como um indicativo do fim do fisiologismo no Congresso e do presidencialismo de coalizão.

Afirma o texto: “Esse sistema, como se sabe, é consequência do fato de que nenhum partido, nem mesmo o do presidente da República, consegue eleger mais do que 20% do Congresso, obrigando o chefe do Executivo a construir maioria por meio de negociações com os muitos partidos e, não raro, diretamente com deputados e senadores... Não à toa, o candidato à Presidência que defendeu com maior vigor o fim desse sistema político, conforme demandava a maioria dos cidadãos cansados da

roubalheira e da avacalhação do Congresso, acabou vencendo a eleição de outubro”.

O jornal conclui que enquanto perdura o fisiologismo pode ser prejudicada a aprovação da Reforma da Previdência, que seria “inadiável diante do iminente colapso das contas públicas”.

A ameaça à *Folha de S.Paulo* feita por Bolsonaro um dia após eleito parece ter provocado no Grupo Folha um posicionamento crítico em relação aos discursos do futuro presidente e suas repercussões. No dia 18 de novembro, por exemplo, em editorial intitulado “Menos médicos”, o jornal alertou que milhões de brasileiros podem perder a assistência sanitária com a saída dos médicos cubanos do país, decorrente dos pronunciamentos desastrosos do futuro presidente.

“Se o presidente eleito não tivesse atacado o envio de médicos cubanos de modo tão desabrido, antes mesmo da posse, a ditadura castrista não teria pretexto para sua reação intempestiva. Como resultado da picuinha ideológica, milhares, talvez milhões de brasileiros podem perder a assistência sanitária de que tanto necessitam”, afirma o texto.

Contudo, a *Folha* apresentou o programa criado no governo Dilma como uma medida eleitoreira para tapar o buraco do deficiente sistema de saúde brasileiro, aproveitando para atacar também o PT.

Redes sociais no período pós-eleitoral

Essa análise foi realizada durante dois períodos do mês, de 8 a 14 e de 15 a 21 de novembro. A partir da coleta de menções nas redes sociais online Twitter e Facebook, foi possível elaborar o grafo a seguir, que se divide, essencialmente, entre os agrupamentos de termos positivos e negativos formados por apoiadores e detratores, respectivamente. Entre eles, agrupamentos de tensão se formaram quando

temas bastante polêmicos entraram em disputa por esses dois grupos de usuários.

Após Bolsonaro anunciar os nomes de alguns dos seus ministros, as críticas ao futuro governo foram intensificadas. Ainda assim, apoiadores defendem o presidente eleito e já fazem comparações com as gestões petistas e suas iniciativas.

Durante o primeiro período, o governo de Cuba informou que decidiu sair do programa social Mais Médicos, criado durante a gestão Dilma Rousseff, citando “referências diretas, depreciativas e ameaçadoras” feitas por Bolsonaro à presença dos médicos cubanos no Brasil. O assunto continuou repercutindo no período seguinte.

Na mesma data, o presidente Lula prestou depoimento sobre o sítio de Atibaia. O petista foi ouvido pela juíza federal substituta Gabriela Hardt, no processo que menciona reformas supostamente realizadas pela Odebrecht, Schahin e OAS. Lula deixou claro que não pagou por reformas no sítio porque não era dono da propriedade e afirmou ainda que havia pensado em comprá-lo, mas que o dono do local não quis vendê-lo.

Já no segundo período o tema “governo Bolsonaro” continuou sendo assunto forte. São frequentemente observadas comparações entre os governos Lula e Dilma e as propostas do presidente eleito. A oposição feita pelo PT resulta em ataques aos ex-presidentes e ao partido. O tema “sítio de Atibaia”, por sua vez, foi pouco citado durante esse período.

Ainda repercute a saída de Cuba do programa social Mais Médicos. Bolsonaro e seus apoiadores afirmam que médicos cubanos sofriam exploração e que exigências feitas ao país seriam a favor deles. Já a oposição aponta a falta de médicos esperada após o fim do acordo.



Entre os detratores estão em evidência, durante o primeiro período, os temas governo Bolsonaro, ataque à imprensa, Mais Médicos, gestão petista, PT, governadores, outros petistas, política internacional, Gleisi, Lula, Bolsonaro, deputados federais, Judiciário, movimentos sociais e senadores; já no segundo período destacam-se PT, Judiciário, gestão petista, governo Bolsonaro, política internacional, economia, governadores, operação PF e Dilma.

Entre os temas positivos, destacam-se PT, Mais Médicos, governo Temer e governo Bolsonaro, sendo este último disputado entre apoiadores e detratores.

O tema governo Bolsonaro foi fortemente dividido

entre detratores e apoiadores no primeiro período. Isso aconteceu porque o presidente eleito falou sobre medidas que pretende adotar em sua gestão, além de já ter anunciado nomes de futuros ministros.

Já no segundo período os temas governo Bolsonaro e Mais Médicos foram os mais discutidos e também os mais disputados entre apoiadores e detratores. Os dois estão ligados entre si pela relação direta entre o novo governo de Jair Bolsonaro e a saída dos médicos cubanos do programa. Gestão petista também apresenta ligação com os temas, pela comparação entre os governos de Lula e Dilma com o que se espera de Bolsonaro, além de o programa Mais Médicos ter sido criado na gestão Dilma.

MOVIMENTOS SOCIAIS



O governo eleito ainda não foi formalmente empossado mas já recebeu recados importantes dos movimentos sociais, que aparentam mostrar que a vida não será fácil para aqueles que querem aproveitar a vitória eleitoral para impor autoritarismo e retrocessos ao Brasil.

Tempos de autoritarismo e austeridade

A narrativa do presidente eleito aponta para uma grave confrontação contra os movimentos sociais. Um exemplo é a construção da ideia de que o MST precisa ser combatido em nome da “paz” no campo. Como se fosse responsabilidade do movimento, e não da desigualdade, a dura realidade no campo brasileiro.

Essa situação não é dada por acaso ou por mera ignorância dos vitoriosos nas últimas eleições presidenciais. Para esconder a desigualdade como o principal problema do país, é preciso que se crie um inimigo alternativo comum à nação. Nesse processo simbólico, PT e movimentos sociais são apresentados como os responsáveis pelas dificuldades políticas que o Brasil viveu nos últimos anos.

Uma ideia dessa natureza não se constrói apenas pelos impropérios do presidente eleito nas redes sociais ou nas suas históricas entrevistas. Parte da mídia, do Poder Judiciário e dos militares compõem um consórcio de poder que se estrutura com esse embate. Isso aponta para duas questões fundamentais: o governo eleito precisa manter essa chama do inimigo nacional acesa para agregar os seus diferentes pontos de apoio; por outro lado, os movimentos sociais tradicionais, talvez pela primeira vez em sua história pós Constituição Cidadã, enxergam enormes dificuldades

de proteção institucional e se deparam com o desafio de defender a sua própria existência.

Os primeiros atos já da transição apontam que a resposta a esse inimigo criado artificialmente serão o autoritarismo e a austeridade. No caso desse último mês, exemplificamos o autoritarismo pela tramitação do projeto Escola sem Partido, e a austeridade pela tentativa de retomada da pauta da Reforma da Previdência.

A resistência à Escola sem Partido

A cerimônia de encerramento da terceira Conferência Nacional de Educação (Conae), com a presença de milhares de educadores de todo o país, foi marcada pelo protesto contra o movimento Escola sem Partido – movimento traduzido em projeto de lei alvo de disputa no Congresso Nacional nos estertores de 2018.

Envolta pelo temor de que possa ser a última antes de um período de interrupção do diálogo social, a terceira Conae, frisou que o projeto Escola sem Partido será um duro golpe no caráter plural da escola, espaço do contraditório e do debate. Será, na verdade, a tentativa de estabelecer a política de Escola com Partido Único, como definiram alguns dos participantes da Conferência, encerrada em 23 de novembro, após três dias de debates.

A proposta tem recebido oposição em diversas frentes. Um grupo de 87 entidades representativas da educação de diferentes países divulgou manifesto, também na penúltima semana de novembro, atacando a ideia. Reunidas na sexta Assembleia Mundial da Campanha Global pela Educação, as entidades exortam os estados nacionais a resistirem a “estas tendências regressivas e refutem estas práticas persecutórias e violadoras de direitos humanos, que têm o controle como princípio e finalidade”. E defendem que a educação deve ser pública, gratuita, laica, inclusiva e de qualidade para todos, capaz de promover a cidadania e colaborar para a realização plena de todas as pessoas.

Por aqui, jovens coletivos fazem coro aos movimentos sociais históricos e denunciam a agressão aos direitos humanos e o ataque ao conhecimento representados pelo projeto. Um deles é o “Transforma MP”, que reúne trabalhadores do Ministério Público das três esferas de governo. Entre eles, cem promotores que prometem fazer de tudo para barrar a implementação das medidas, caso sejam aprovadas por deputados e senadores.

Para defender os educadores e educadoras de práticas de “deduração” e controle, típicas de ditaduras, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação (CNTE-CUT) promete resistir. Em novembro, organizou a militância para pressionar parlamentares durante audiências públicas que debatem o projeto. Entidades já se mobilizam, como o sindicato dos professores universitários da Bahia, que em novembro lançou cartilha que orienta como se proteger de intimidações e assédio.

A Escola sem Partido ganhou até mesmo um crítico inesperado, Olavo de Carvalho, ideólogo da extrema-direita, que em seu canal do youtube chegou a classificar os defensores do projeto de integrantes de uma “classe média ignorante”. Mais do que achar que tal iniciativa não terá eficácia se implementada por intermédio de projeto de lei, ele criticou o cerne de seu conteúdo, a vigilância e a delação contra professores. Afinal, como professor, deve imaginar o quanto dói um “cala boca”, por mais que os opositores tenham vontade de dizê-lo.

Essa luta continua muito dura. O elemento da tentativa de censurar os professores e professoras, dizendo a eles o que pode e o que não pode ser dito em sala

de aula é, institucionalmente, tido como um ataque à liberdade de cátedra. No entanto, a dificuldade de se gerar proteção institucional contra os ataques vindos das próprias instituições é severa. Isso significa dizer que o embate deve ganhar novos ares, e ganhar a sociedade através da ideia de que a educação é libertadora. Para além da necessária responsabilidade histórica das universidades, das escolas, dos docentes, e até mesmo dos alunos do Brasil, essa luta só será vencida se a imposição desse projeto se mostrar uma derrota contundente do governo eleito.

A resistência à Reforma da Previdência

A primeira conversa oficial entre o atual presidente golpista e o presidente eleito foi um verdadeiro convívio entre amigos. Tudo pareceu muito natural, afinal golpes de Estado e autoritarismo andam juntos. E como não podia deixar de ser, as barbaridades não tardaram a aparecer. A maior delas talvez tenha sido a ideia de se aprovar, ainda neste ano, a Reforma da Previdência.

Seguindo a linha de penalização dos mais pobres e dependentes do sistema de seguridade social, a proposta teve novamente o seu espaço na agenda pública, e já apontou um processo relevante de resistência.

Em 12 de novembro, na sede do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), todas as centrais sindicais do Brasil anunciaram a construção de uma campanha permanente contra a Reforma da Previdência. CUT, CTB, Intersindical, CSB, CSP-Conlutas, NCST, UGT, CGTB e Força Sindical se uniram já em manifestações em todo o Brasil no dia 22 de novembro, em locais de trabalho e nas ruas para retomar a disputa que foi responsável pela organização de uma contundente greve geral em abril de 2017.

O movimento da greve geral foi a maior mobilização sindical do último período e só foi possível por conta de uma complexa articulação conjunta de todas as centrais sindicais. A convergência entre as entidades contra a reforma é a maior prova do quanto de fato esse movimento é nefasto para a classe trabalhadora.

Essa unidade de luta é outro importante sinal para o atual momento. A construção de ações conjuntas de movimentos sociais, partidos de esquerda, movimen-

tos autônomos, e a defesa da democracia dependem fundamentalmente da capacidade de diálogo desse campo, mas também precisam apontar para uma construção efetiva de ações.

Esse argumento parece óbvio, mas não é. Enquanto a “frente ampla” for uma construção meramente especulativa, ela não possuirá função alguma. Os sinais dos movimentos sociais apontam que o esforço do diálogo e da representatividade precisa ir além das razões institucionais, e ganhar um corpo de prática real, internamente e no debate com a sociedade.

Há inúmeras contradições em todo esse processo. Sem propostas de soluções dramáticas, é preciso entender a atual dinâmica do tecido social, especialmente periférico do Brasil. Uma parte muito relevante do povo brasileiro recusou o projeto que venceu as eleições, mas uma parte também relevante aceitou esse projeto. Com dois mundos tão distantes, começar a entender as razões e o pensamento do outro pode ser um início. Frentes amplas só existem se a amplitude dos olhares assim as justificarem.

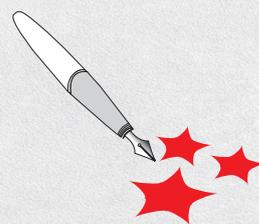


F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

EXPEDIENTE

O Boletim de Análise da Conjuntura é uma publicação mensal da Fundação Perseu Abramo. Diretoria Executiva: Marcio Pochmann (presidente), Isabel dos Anjos Leandro, Rosana Ramos, Artur Henrique da Silva Santos e Joaquim Soriano (diretoras/es). Coordenador da Área de Produção do Conhecimento: Gustavo Cudas. Equipe editorial: Ana Luíza Matos de Oliveira, Alexandre Guerra e Marcelo Manzano (economistas); Kjeld Jakobsen (consultor em cooperação e relações internacionais); Vilma Bokany e Matheus Toledo (sociólogos); William Nozaki (cientista social); Ronnie Aldrin Silva (geógrafo); Antonio Carlos Carvalho (advogado); Luana Forlini (internacionalista); Rose Silva, Pedro Simon Camarão e Isaías Dalle (jornalistas). Revisão: Fernanda Estima. Editoração eletrônica: Camila Roma. Baseia-se em informações disponíveis até 27 de novembro de 2018.

BOLETIM DE
**ANÁLISE DA
CONJUNTURA**



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Rua Francisco Cruz, 234 - 04117-091
Vila Mariana - São Paulo - SP

www.fpabramo.org.br